



ACREFI - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES
DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Editorial

**Crédito e Nova Lei
de Falências**



A questão do crescimento sustentado



**Geraldo Carbone,
presidente do
BankBoston:**

**“Atendimento
diferenciado:
alicerce de nosso
sucesso”**

Marcos Scavone

Análise setorial

O crédito no Brasil



HÁ MAIS DE 45 ANOS, A CASA DO CRÉDITO NO BRASIL.





Associação Nacional das Instituições de Crédito,
Financiamento e Investimento

Rua Libero Badaró, 425 - 28º andar
São Paulo - SP

Tel: (11) 3107-7177 Fax: (11) 3106-6082

www.acrefi.com.br

DIRETORIA

Presidente: Érico Sodré Quirino Ferreira - Omni.

Vice-Presidentes: José Arthur Lemos de Assunção - ASB, Paulo Henrique Pentagna Guimarães - Bonsucesso, Paulo Eduardo D'Ávila Isola - Bradesco, Gilberto Caldart - Citibank, Eduardo Castro de Azevedo - Intercap, Marco Ambrógio Crespi Bonomi - Itaú, Ronaldo Amaral de Carvalho Pinto - Pecúnia, Tiago Canguçu de Almeida - Safra, Fernando Guerreiro de Lemos - Banrisul, Ricardo Malcon - Malcon.

Secretários: Jayme Antonio dos Santos - Dibens, José Dante Zanaga Neto - Guilton;

Tesoureiros: Sérgio Marra Pereira Capella - Cruzeiro do Sul, Jorge Kimura - Exprinter.

Diretores Regionais: Félix Archanjo Bordin - Barigui (PR), Sérgio Faria Lemos da Fonseca Júnior - BRB (DF/GO), Leonardo Marcondes Dadalto - Dacasa (ES), Carlos Alberto Samogim - Finamax (SP - Interior), Evanir Coutinho Ussier - Zogbi (SP - Capital), Aquiles Leonardo Diniz - Intermedium (BH), Renato Malcon - Malcon (RS), Odílio Figueiredo Neto - Morada (RJ);

Diretores: Enílson Espinola de Souza - ABN, Rubens Bution - Alfa, Daniel Capelo Pinheiro - BMC, Ricardo Annes Guimarães - BMG, Genival Francisco Silva - Ficsa, Sérgio Antônio Cipovicci - HSBC, Francisco Gomes da Costa - Máxima, Adalberto Savioli - Panamericano, Jerônimo Varalla Neto - Santander/Banespa, Valdey Frota de Albuquerque - Unibanco.

Diretores Conselheiros: Hélio Lima Magalhães - Amex, Edson Monteiro - Banco do Brasil, Guilherme Almeida de Oliveira - BankBoston, Eduardo Garcia Ruiz - Cifra, Ivan Svitek - GE, Leonel Dias de Andrade Neto - Lloyds, Rubens Sardenberg - Nossa Caixa, José Américo Machado - Portocred, Aristeu Zanuncio - Portoseg, Paulo Sérgio Monteiro Castro Aguiar - Volkswagen.

Presidente Honorário: João Uchôa Borges.

Diretor Superintendente: Antônio Augusto de Almeida Leite (Pancho).

Financeiro

Publicação mensal da ACREFI - Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento.

Jornalista Responsável: Lenon Hymalaia (MTb 35.777)

Projeto Gráfico e Editoração: EDF (www.edf.com.br)

Pré-impressão e Impressão: Graphbox

As opiniões emitidas nos artigos assinados não refletem necessariamente as posições da ACREFI e são de exclusiva responsabilidade dos autores. A reprodução total ou parcial do conteúdo da publicação depende de autorização por escrito.

editorial

A Nova Lei de Falências e seu efeito no crédito

Érico Sodré Quirino Ferreira
Presidente da Acrefi

O Senado aprovou no início do mês de julho a nova Lei de Falências, a chamada Lei de Recuperação Judicial e as mudanças no Código Tributário Nacional, após 10 anos de tramitação no Congresso. A norma em vigor é de 1945 e está totalmente ultrapassada. Há uma expectativa de que a nova lei seja aprovada em curto prazo na Câmara dos Deputados e sem grandes alterações no seu texto.

Todo o mercado se pronunciou favorável às alterações contidas no novo texto, sendo unânime a opinião de que ele irá proporcionar um aumento da oferta de crédito para as empresas, além de reduzir os longos processos litigiosos, como ocorrem atualmente. São apontadas também, como conseqüências positivas, a redução das taxas de juros praticadas, a recuperação extrajudicial e o fim da sucessão tributária.

Com a nova lei os credores passam a ter direito de aprovar ou não a repactuação das dívidas apresentadas pela empresa, o que determinará a decretação de concordata ou falência. O prazo para recuperação judicial passa a ser de 180 dias.

Quando se fala em crédito, no entanto, é importante a distinção entre crédito à pessoa jurídica e crédito à pessoa física. A Lei de Falências trata apenas de financiamentos às empresas. Para essas, sem dúvida, a nova lei, após um período de adaptação, trará um aumento da confiança dos credores na recuperação do crédito, resultando em aumento do volume de financiamento e na conseqüente redução do spread.

Em relação à pessoa física a aprovação da lei poderá também ter algum efeito positivo na expansão do volume e redução do custo do crédito, mas, principalmente, o avanço da Lei de Falências poderá estimular as modificações para os empréstimos. O Judiciário está trabalhando nesse sentido e espera-se que até o fim do ano estejam solucionadas as súmulas em estudo – a vinculante, pelo Supremo Tribunal Federal, e a impeditiva, pelo Superior Tribunal de Justiça.

Concluindo, poderíamos afirmar que a tendência é que com a redução do risco da inadimplência, como vem sendo registrado nos últimos meses e a eliminação da morosidade atual na recuperação judicial, os recursos que estão na Tesouraria serão injetados no mercado de crédito, tanto para as pessoas físicas quanto para as jurídicas ■

Nesta edição

4 Notícias do Setor

6 Entrevista

Geraldo Carbone, presidente do BankBoston

8 Banco de dados

9 Análise Setorial

Alberto Borges Matias, da ABM Consulting

10 Artigo

Tereza Maria Fernandez Dias da Silva, da MB Associados

Sedução dos ausentes

O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal lançaram no início de julho novos instrumentos para atrair brasileiros residentes no exterior dispostos a aplicar suas economias no Brasil. Cerca de 2 milhões de brasileiros, segundo o Ministério do Trabalho, vivem no exterior e remetem, por ano, aproximadamente US\$ 3 bilhões para o País, conforme estimativas do Banco Central. Esse segmento de mercado está se ampliando e acirrando a concorrência entre as instituições financeiras.

CEF amplia penhor

A Caixa Econômica Federal está ampliando a rede de postos para atender ao crescimento da demanda de empréstimos com penhora de jóias. Este ano a CEF pretende abrir 100 novos postos, elevando sua rede de 312 para 412 unidades. A aposta nesse segmento se justifica: em 2003 a CEF emprestou R\$ 4 bilhões garantidos por 9,7 milhões de contratos, com expansão de 33% em relação a 2002.

Itaú e Pão de Açúcar criam financeira

O Banco Itaú, e o Grupo Pão de Açúcar anunciaram, no final de julho, a criação de uma nova instituição financeira. O objetivo da empreitada é fornecer crédito pessoal, seguros e conta corrente aos cerca de 15 milhões de pessoas que freqüentam mensalmente a rede presidida por Abílio Diniz. A união já nasce com um capital de R\$ 150 milhões, dividido igualmente entre os grupos. A rede varejista já tinha acordos semelhantes com o ABN AMRO e Credicard, mas todos deverão ser finalizados. A expectativa da nova empresa é atingir a marca de 9,3 milhões de cartões co-branded em dez anos, além de ampliar os contratos de CDC dos atuais 580 mil para 3,5 milhões e alcançar a marca de 1,6 milhão de empréstimos pessoais, inexistentes atualmente. A parceria reforça os negócios e financiamento ao consumo do Itaú, que neste ano já colocou no mercado sua própria financeira, a Taii.

Meirelles prestigia os 20 anos da ABBC

No último mês de julho, a ABBC - Associação Brasileira de Bancos comemorou os seus 20 anos com a presença do presidente do Banco Central do Brasil, Henrique Meirelles. Além dele, mais de 200 personalidades do setor financeiro prestigiaram o evento, como os ex-presidentes da entidade, Elmo de Araújo Camões, Antônio Hermann Dias Menezes de Azevedo, Antônio Carlos de Lauro Castrucci e Jorge Prada Levy.

Durante a cerimônia, o atual presidente da ABBC, André Jafferian Neto, demonstrou carinho e gratidão ao relembrar que assumiu a função, com muita honra, em substituição a Henrique Pereira Gomes, que tam-



André Jafferian Neto, presidente da ABBC

bém presidiu a Acrefi e nos deixou prematuramente. Ele ressaltou ainda que a organização, fundada para a defesa dos pequenos e médios bancos, teve como principal meta o princípio de "tratamento desigual para os desiguais". E prosseguiu afirmando que hoje a entidade luta pela busca do fortalecimento da competitividade do

setor e pela redução geral dos custos do crédito.

O discurso teve a aprovação de Henrique Meirelles, que destacou o aumento do crédito, principalmente à população de baixa renda, como um dos fatores que podem contribuir para o crescimento sustentado da economia brasileira.

Associação dos Bancos no Rio Grande do Sul faz 40 anos

Outro aniversário foi o da Associação dos Bancos no Rio Grande do Sul, que completou 40 anos de existência. Com objetivo de agregar as instituições financeiras instaladas no Estado, a entidade foi criada em 15 de junho de 1964. O movimento para a criação da Asbancos foi liderado pelos Bancos Província, Sulbanco, Nacional do Comércio, Banrisul, Agrícola Mercantil, Crédito Real, Riograndense de Expansão Econômica, Frederico Mentz e Banco Portoalegrense.



Da esquerda para a direita: Fernando Lemos, Ricardo Malcon, Governador Rigotto e Flávio do Couto e Silva

Para comemorar o aniversário, o Presidente da Asbancos, Flávio do Couto e Silva, e os vice-presidentes Fernando Lemos e Ricardo Malcon, receberam no dia 29 de junho, empresários do sistema financeiro e convidados, em jantar no Country Club.

Presença da Acrefi em eventos do setor financeiro



1 - Érico Sodré Quirino Ferreira - presidente da ACREFI e o presidente do Banco Central do Brasil, Henrique Meirelles, na cerimônia de comemoração dos 20 anos da ABBC. 2 - Érico Sodré Quirino Ferreira em jantar oferecido pelo vice-presidente da ACREFI, Ricardo Malcon, ao presidente do HSBC Bank, Yusef Nasr. 3 - Érico Sodré Quirino Ferreira e Luiz Augusto de Oliveira Candiota, ex-diretor de Política Monetária do Banco Central, no Painel de Debates sobre "Conta Investimento".

CURTAS

Crédito consignado

Com forte atuação no segmento do funcionalismo público, principalmente do Exército, Marinha e Aeronáutica, o ABN Amro Real ultrapassou a marca de R\$ 1,5 bilhão na carteira de crédito com desconto em folha e espera atingir no final do ano a meta de R\$ 2 bilhões. O custo médio dos empréstimos é de 2,6% ao mês e a inadimplência situa-se ao redor de 0,4%. O banco tem cerca de mil convênios de consignação, ativos referentes aos programas com as forças armadas.

Isenção para investidor

O Banco Itaú anunciou que não cobrará tarifa para aplicações na conta investimento, instrumento criado pelo governo para isentar da CPMF a transferência de recursos entre aplicações financeiras. Criada pela Medida Provisória 179, a conta investimento deverá entrar em vigor no início de outubro e, no caso de fundos de investimentos, CDBs e títulos públicos não terão CPMF mesmo quando a transferência for feita entre bancos distintos.

Promotora investe

A CitiFinancial Promotora de Negócios e Cobrança Ltda., que atua como correspondente bancário do Banco Citibank S.A. e que até o início do ano operava apenas na Grande São Paulo, com nove lojas, iniciou em março um programa de investimento para extensão de sua rede, principalmente para o interior do Estado de São Paulo. O primeiro passo nessa direção foi a abertura de duas lojas, em São José dos Campos e Campinas. "Estabelecemos metas agressivas de expansão dos nossos negócios para outras cidades e estados. Durante este ano estamos investindo R\$ 10 milhões na implantação de 40 novas lojas", afirma Ricardo Fiuza, presidente da CitiFinancial.

10 anos de sucesso

No último dia 1º de julho, a Omni S.A. Crédito, Financiamento e Investimento comemorou seus 10 anos de fundação focada, principalmente, no segmento de veículos usados.

Nesses 10 anos a Omni vem crescendo e se implantando, tendo como filosofia o apoio à realização dos sonhos da população de baixa renda.

Financeira em expansão

O PanAmericano, financeira do Grupo Silvio Santos, montou 19 novas filiais em apenas um mês. Com investimento inicial da ordem de R\$ 5 milhões, cerca de 15 delas foram abertas no interior de São Paulo e as demais nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Mato Grosso. A iniciativa faz parte do projeto de expansão nacional do PanAmericano, que pretende estar presente em todas as cidades brasileiras com mais de 150 mil habitantes até o final de 2005. Atualmente, a instituição possui 110 unidades em todo o Brasil. O vice-presidente da financeira, Rafael Palladino, fez questão de conhecer pessoalmente todas as filiais no dia da abertura.

Acrefi se rende ao "pingüim"

A Acrefi rendeu-se à tendência do mercado e migrou o ambiente de trabalho de seus computadores para o sistema operacional Linux, de código aberto. A mudança, além de reduzir custos, melhorou a estabilidade da rede. A nova infraestrutura conta ainda com um firewall do pingüim, que promove segurança e compartilhamento de acesso à internet.



MARCELO SCAVONE

“O brasileiro, por ter uma formação latina, acha que se endividar é ruim, pensamento oposto ao dos anglo-saxões”

O atendimento diferenciado é o alicerce do crescente sucesso do BankBoston

Há mais de 50 anos no Brasil, o BankBoston tem uma atuação de destaque em todos os segmentos do mercado e presença marcada nas principais cidades brasileiras. Atualmente, a instituição é sinônimo de alta qualidade. E não só para seus clientes. Prova disso é a quantidade de prêmios que recebe todos os anos.

Atualmente o banco faz parte do Bank Of América Corporation, um conglomerado que atende 33 milhões de clientes em mais de 150 países e que possui um ativo do tamanho de dois PIBs brasileiros.

O responsável pela administração deste gigante em nosso País é Geraldo Carbone. Do alto de seus 48 anos de vida, o executivo recebeu a reportagem da *Financeiro* para falar com exclusividade sobre os próximos passos de sua companhia e fazer uma análise da política de crédito. Dentre as revelações, uma surpresa: O BankBoston, famoso por sua carteira de alta renda, estuda seguir a tendência do mercado e focar seus próximos objetivos na população de menor poder aquisitivo.

Quais são as metas de crescimento do BankBoston no Brasil?

A nossa orientação estratégica é atingir um crescimento entre 10% e 15% ao ano. Isto significa que aproximadamente a cada cinco anos deveremos dobrar nosso faturamento.

Qual sua análise sobre as taxas de crescimento da economia brasileira que vêm sendo divulgadas na imprensa?

O Brasil tem hoje um conjunto de políticas macroeconômicas muito saudável e que nos propiciam desenharmos um cenário de crescimento a médio prazo. Por enquanto, nós estamos falando de crescimento na casa de 3% a 4% ao ano. E eu acredito que o grande desafio para os próximos 12 ou 18 meses é conseguirmos dar um pouco mais de luz ao quadro jurídico-institucional e na questão das agências reguladoras para os investimentos em infra-estrutura. Porque caso isto não aconteça nós veremos a aparição de importantes gargalos.

Qual é o plano de negócios do banco para o crédito a pessoas físicas?

Historicamente, nossos negócios sempre foram voltados aos consumidores da classe A, pessoas com renda superior R\$ 4 mil. E este público não é um largo tomador de empréstimos. Em parte, porque um montante desta clientela é formado por investidores e, em outra parte, por questões culturais. O brasileiro, por ter uma formação latina, acha que se endividar é ruim, pensamento oposto ao dos anglo-saxões.

E como o BankBoston lida com esta situação?

Nós criamos algumas modalidades de crédito especificamente para esse público. Uma delas é o crédito imobiliário, produto que vem se expandindo nos últimos anos, apesar de todos as dificuldades que este segmento têm no Brasil, como a questão da jurisprudência, a dificuldade de se recuperar um imóvel no caso do não pagamento.

Outro produto são as linhas de crédito pré-aprovado. Porque entrar em um banco para pedir empréstimo é

uma das barreiras culturais brasileiras. Esta é uma das razões pelas quais boa parte do financiamento ao consumo é feito no ponto de venda. É como se o lojista estivesse oferecendo ao consumidor a possibilidade de parcelamento da compra. Isto muda completamente o relacionamento e a vontade de consumir. Outro mecanismo é o cartão de crédito. Além de termos nossos próprios clientes, que carregam os plásticos do banco, também administramos o cartão GM (General Motors do Brasil). Nós temos cerca de 220 mil clientes nesse programa.

Como analisa a política de juros brasileira?

O processo de redução da taxa de juros tem mesmo de ser gradual. O Brasil tem um histórico muito recente de volatilidade da taxa de juros e da inflação. Se nós olharmos a Selic atual, tanto do ponto de vista nominal como do real, veremos que ela é a mais baixa dos últimos dez anos. Ainda é alta se compararmos com os padrões internacionais, mas acredito que estamos na direção certa.

Se a Selic é a menor dos últimos anos, por que o crédito ainda é alto?

As razões para os custos do crédito no Brasil já estão mais do que identificadas: acúmulo fiscal, compulsórios elevados, insegurança jurídica, entre outras. Mas existe ainda um outro lado que as pessoas falam muito pouco – a baixa demanda. Acredito que com a melhora da perspectiva econômica do País, o aumento do emprego e, conseqüentemente a manutenção das fontes de renda da população o volume de crédito para pessoas físicas pode atingir um crescimento de 15% a 20% ao ano.

Este crescimento virá acompanhado de um custo mais baixo?

O custo ficará gradativamente mais baixo na medida em que a taxa básica cair e que tenhamos avanços na questão tributária, no panorama jurídico, institucional. E já começa a surgir no Brasil uma cultura de que não se deve defender todo e qualquer cliente, mas sim o bom pagador.

A nova Lei de Falências é um destes avanços?

Eu acho que sim. Porém discordo um pouco das análises que prevêem um impacto rápido e de curto prazo ao crédito. A justiça brasileira funciona a partir da jurisprudência. Quando os casos começarem a ser julgados sob a luz da nova lei é que sentiremos os impactos.

Ainda no tema jurídico, qual sua impressão sobre o grande número de processos contra bancos e financeiras com a alegação de abuso na cobrança de juros?

Isso é muito ruim porque, logicamente, se alguém por razões circunstanciais deixar de ter condições de pagar uma dívida, a situação mais normal do mundo é o banco sentar e renegociar essa dívida. Isso acontece rotineiramente. Este é o processo saudável de se tratar situações de inadimplência. Mas dar ao devedor o direito de não quitar suas obrigações causará uma retração no mercado de crédito.

Os jornais estão apontando para uma tendência de financeiras e bancos voltarem suas carteiras à população de baixa renda. O BankBoston está nesse mesmo caminho?

Nós estamos no Brasil desde 1947 e passamos por três fases até agora. A primeira foi atender empresas americanas. A segunda foi atender empresas americanas, européias ou brasileiras e uma terceira e atual é aquela em que ocorre uma expansão para o mundo da pessoa física, como foco em clientes de renda mais elevada. Ao mesmo tempo, nos últimos quatro anos, o banco mudou de acionistas duas vezes. Hoje nós fazemos parte do Bank Of America, uma corporação com praticamente um trilhão de dólares em ativos. O banco é um gigante tanto na área corporativa como na área pessoa física. São 33 milhões de clientes que nos garantem a liderança no mercado de pessoa física americano. Então, é uma tendência natural dessa corporação buscar crescimento neste setor. A meu ver, os bancos que queiram entrar em empréstimos para as classes D e E terão de seguir os modelos das financeiras.

“O crescimento da informalidade é algo que rema contra o crédito. O fato é que nos últimos anos a informalidade tem crescido e isto é ruim”

Mas uma financeira de banco não é igual a uma financeira particular?

Ela é igual a uma financeira particular, mas ela se beneficia de um fato: um banco de rede acaba tendo acessos a captações mais baratas. O banco pode captar depósitos a taxas mais competitivas que uma financeira independente. Outra diferença é que uma financeira começa um relacionamento com o cliente dando-lhe o crédito, ao passo que com o banco nem sempre é assim, pode se iniciar um relacionamento com uma conta corrente, aí ele recebe cheque especial, cartão de crédito e só depois ele pede o empréstimo.

Como o senhor viu a polêmica criada recentemente em cima da MP-179?

O uso do dinheiro vivo, do papel moeda é uma coisa que está absolutamente associada a informalidade. Talvez a grande motivação inicial do Governo tenha sido trazer mais pessoas à formalidade, mas isto criaria um empecilho em outras frentes e por isto a lei foi abortada.

Ou teria sido para aumentar a arrecadação da CPMF?

Poder ter a ver com a CPMF, mas não pelo lado da arrecadação. Acredito que a partir do momento que a pessoa deixa de usar papel moeda e passa a usar cheque ou cartão ela vem para o mundo formal, onde ela é percebida e enxergada pelo Estado. O crescimento da informalidade é algo que rema contra o crédito. O fato é que nos últimos anos a informalidade tem crescido e isso é ruim ■

TAXAS COM JUROS PREFIXADOS - PESSOA FÍSICA

MÊS/ANO	CRÉDITO PESSOAL					AQUISIÇÃO DE BENS - VEÍCULOS					AQUISIÇÃO DE BENS - OUTROS				
	SALDO TOTAL R\$ milhões	% a.m.	Variação em %	% a.a.	Variação em %	SALDO TOTAL R\$ milhões	% a.m.	Variação em %	% a.a.	Variação em %	SALDO TOTAL R\$ milhões	% a.m.	Variação em %	% a.a.	Variação em %
mai/04	35.122,78	4,66	-	72,67	-	33.101,98	2,55	-	35,29	-	5.527,39	3,99	-	59,88	-
jun/04*	36.181,12	-	-	-	-	33.710,92	-	-	-	-	5.606,01	-	-	-	-

Fonte: Banco Central do Brasil - Tabulação ACREFI - Saldo em fim de período - 1/ Taxas médias ponderadas pelo volume diário das novas concessões. * Valores sujeitos a modificações em virtude de atualização das informações fornecidas pelo SFN

VOLUME DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - PESSOA FÍSICA - PREFIXADOS

MÊS/ANO	CRÉDITO PESSOAL	VARIACÃO EM %	AQUISIÇÃO DE BENS				OUTRAS OPERAÇÕES	VARIACÃO EM %	TOTAL	VARIACÃO EM %
			Veículos	Variacão	Outros	em %				
mai/04	35.122,78	-	33.101,98	-	5.527,39	-	4.843,87	-	78.596,02	-
jun/04*	36.181,12	3,01%	33.710,92	1,84%	5.606,01	1,42%	4.817,00	-0,55%	80.315,05	2,19%

Fonte: Banco Central do Brasil - Tabulação ACREFI - Saldo em fim de período. * Valores sujeitos a modificações em virtude de atualização das informações fornecidas pelo SFN

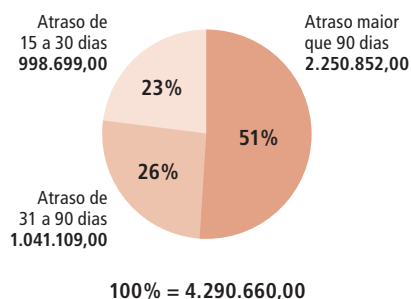
INADIMPLÊNCIA - OPERAÇÕES PREFIXADAS

CRÉDITO PESSOAL (R\$ mil)									
Mês/Ano	Saldo sem atraso	Com atraso de 15 a 30 dias	% sobre Saldo da Carteira	Com atraso de 31 a 90 dias	% sobre Saldo da Carteira	Com atraso maior que 90 dias	% sobre Saldo da Carteira	Saldo total Carteira-Brasil	Variacão em %
mai/04	30.842.592,00	874.484,00	2,49	1.136.548,00	3,24	2.269.154,00	6,46	35.122.778,00	-
jun/04*	31.890.460,00	998.699,00	2,76	1.041.109,00	2,88	2.250.852,00	6,22	36.181.120,00	3,01%

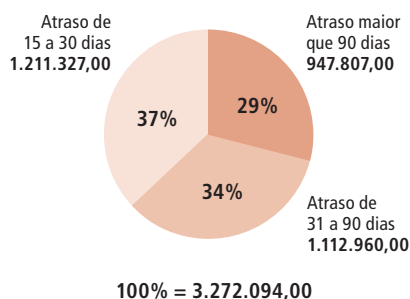
AQUISIÇÃO DE BENS - VEÍCULOS (R\$ mil)									
Mês/Ano	Saldo sem atraso	Com atraso de 15 a 30 dias	% sobre Saldo da Carteira	Com atraso de 31 a 90 dias	% sobre Saldo da Carteira	Com atraso maior que 90 dias	% sobre Saldo da Carteira	Saldo total Carteira-Brasil	Variacão em %
mai/04	29.719.227,00	1.271.432,00	3,84	1.138.068,00	3,44	973.258,00	2,94	33.101.985,00	-
jun/04*	30.438.825,00	1.211.327,00	3,59	1.112.960,00	3,30	947.807,00	2,81	33.710.919,00	1,84%

AQUISIÇÃO DE BENS - OUTROS									
Mês/Ano	Saldo sem atraso	Com atraso de 15 a 30 dias	% sobre Saldo da Carteira	Com atraso de 31 a 90 dias	% sobre Saldo da Carteira	Com atraso maior que 90 dias	% sobre Saldo da Carteira	Saldo total Carteira-Brasil	Variacão em %
mai/04	4.485.011,00	224.733,00	4,07	256.197,00	4,64	561.445,00	10,16	5.527.386,00	-
jun/04*	4.563.471,00	227.402,00	4,06	249.701,00	4,45	565.441,00	10,09	5.606.015,00	1,42%

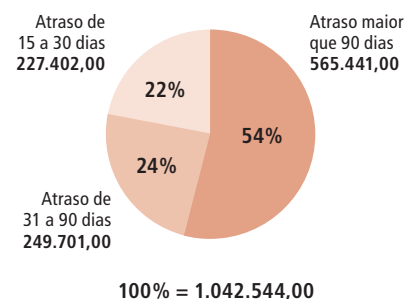
INADIMPLÊNCIA CRÉDITO PESSOAL Prefixado - Jun/2004



INADIMPLÊNCIA VEÍCULOS Prefixado - Jun/2004



INADIMPLÊNCIA OUTROS BENS Prefixado - Jun/2004



Fonte: Banco Central do Brasil - Tabulação ACREFI - Saldo em fim de período * Valores sujeitos a modificações em virtude de atualização das informações fornecidas pelo SFN



Crédito no Brasil

ALBERTO BORGES MATIAS, DA ABM CONSULTING

mento real de 4,6% no mesmo exercício, muito inferior ao crescimento de PF. Porém, no ano apresenta crescimento de 4,4%. No mês de maio, o crescimento foi de 2,8%, aproximadamente o triplo do aumento da PF. Isso nos indica uma recuperação do sistema produtivo e uma maior confiança do empresariado na economia nacional. Outro dado que confirma isso é o crescimento do PIB trimestral de 2,7% quando comparado ao primeiro trimestre de 2003, altamente influenciado pelo aumento do investimento.

O spread bancário caiu nos últimos 12 meses. Os principais fatores foram: queda nos juros e aumento de volume. A taxa de juros básica caiu 10,5 p.p. nos últimos 12 meses. Com isso, a receita com títulos do tesouro diminuem e aumenta a competição por crédito, diminuindo o spread. Houve também aumento do volume de crédito gerando ganhos de escala, auxiliando assim na diminuição do spread. Nos últimos 12 meses o spread médio apresentou queda de 6,5 p.p., sendo a queda para pessoa física de 14,8 p.p. e pessoa jurídica 1,7 p.p. No ano o spread médio caiu 2,8 p.p. sendo em maio expressivos 1,8 p.p. No último mês, o spread médio geral foi de 27,2%.

Acompanhando a evolução da Selic e do spread, os juros de maneira geral caíram. A taxa média geral em abril foi de 44,2%, queda de 13,6 p.p. em 12 meses. A taxa média à PJ foi de 30,0%, uma queda de 9,1p.p. (23% de aceleração). Já a taxa média à PF foi de 62,4%, queda de 21,3 p.p (25,4% de aceleração).

Outro ponto favorável ao crédito foi a inadimplência financeira que vem caindo e deve manter esta tendência. A inadimplência financeira PF foi 9,6%, 0,8 p.p. inferior ao mesmo mês de 2003. A inadimplência financeira PJ foi de 6,3%, 1,9 p.p. inferior ao mesmo mês do ano anterior ■

No mês de abril o volume total de crédito de recursos livre foi de R\$ 248,4 bilhões de reais, representando 14,9% do PIB. O total de recursos direcionados foi de R\$ 159,7 bilhões, representando 9,6% do PIB. O crédito total alcançou 26,2% do PIB.

O total de crédito de recursos livres, que demonstra melhor o movimento de mercado, apresentou crescimento real de 2,0% no mês de maio, em relação a abril. No ano, o crescimento foi de 14,9% e em 12 meses o crescimento real foi de 9,0%.

Nos últimos 12 meses, o crédito à pessoa física (PF) apresentou maior expansão. Neste período a expansão real é de 16,0%, sendo o acumulado no ano de 5,7% e no mês de maio de 0,9%. Em maio, o crédito a PF representou 40,6% do crédito de recursos livres. Há 12 meses atrás PF representava 38,2%, ou seja, houve um aumento de 2,4 p.p. na participação. A expansão maior ao crédito PF demonstrou ao longo dos 12 meses a dificuldade e a desconfiança do sistema produtivo em investir.

O crédito à pessoa jurídica (PJ) apresentou cresci-

	Juros	Spread	Crédito/PIB*	Volume**	Volume***
Maio	44,2	27,2	26,2	252,722	436,144
Var. 12 meses	-13,6 p.p.	-6,5 p.p.	1,9 p.p.	9,0%	5,1%

*Crédito Total **Recursos livres ***Recursos totais

Fonte: ABM Consulting



Luciano Zafalon

A questão do crescimento econômico no Brasil e da possibilidade da sua retomada sustentada tem sido motivo para muita discussão. Os últimos anos não têm apresentado resultados positivos para a economia do País e sucessivamente as frustrações vão se acumulando. Quando olhamos os nossos indicadores de hoje e comparamos aos resultados ocorridos no imediato pós real, é nítido o motivo do ceticismo que toma conta de boa parte dos agentes econômicos e que, com certeza, inibe os empresários na sua decisão de investimento. Foram períodos sucessivos de *stop and go* na economia que ao invés de premiar, penalizou o empresário.

Foi somente após a flexibilização do real, em janeiro de 1999, aproveitando-se dos ganhos de produtividade ocorridos após o Plano Real, e mais recentemente, do crescimento mundial (principalmente da China) e da elevação de preços das *commodities*, que através da ampliação das exportações, um pedaço da indústria nacional começou a apresentar resultados positivos. As exportações saíram de US\$ 48 bilhões em 1999, para US\$ 73 bilhões em 2003, sendo que o grande crescimento (21%) ocorreu no ano passado e deve se repetir agora (um valor próximo a 20%), quando as exportações deverão se aproximar dos US\$ 90 bilhões. A competitividade da agricultura brasileira, junto com as indústrias ligadas ao setor, representam o carro chefe deste resultado, em que pese o

A Questão do Crescimento

TEREZA MARIA FERNANDEZ DIAS DA SILVA, DIRETORA DA MB ASSOCIADOS

aumento significativo de alguns bens manufaturados no período. Este desempenho recente é o que tem contribuído para o crescimento de alguns setores da indústria que participam mais ativamente do comércio internacional (soja, papel e celulose, siderurgia, mineração, máquinas agrícolas, etc) e este ano, ajudará no desempenho do crescimento do PIB brasileiro.

Na verdade, a performance exportadora ajuda, mas não resolve o problema de crescimento do País. O crescimento da demanda interna, sem comprometimento do resultado da balança comercial é o teste que o Brasil terá necessariamente que passar. E por falar em demanda interna, como tem evoluído esse indicador? Os números divulgados pelo comércio apontam para uma recuperação de vendas que tem ocorrido de maneira desigual entre diversos setores. Com a queda da taxa de juros, desde o ano passado, e consequente ampliação do crédito, os setores que dependem de financiamento para realizar as suas vendas (móveis, eletro-eletrônicos e eletrodomésticos, entre outros), apresentaram desempenho muito superior aos demais, que dependem exclusivamente da renda (alimentos, remédios, têxteis e calçados), visto que o brasileiro perdeu, em

média, 18% no seu rendimento médio real nos últimos 3 anos, devendo se recuperar de maneira muito lenta. Para 2004 o crescimento médio real esperado para o rendimento se encontra próximo a 4%.

Com a evolução dos indicadores até o momento, é de se esperar um crescimento do PIB, para este ano, da ordem de 3,6% e, se nada se alterar no cenário internacional, um comportamento parecido em 2005. Com a retomada do crescimento, o debate que reaparece é o da possibilidade de sustentação desta fase de expansão. As atuais restrições, de infra-estrutura, (eletricidade, portos, estradas, ferrovias, armazenamento) implicam em investimentos, que não estão acontecendo. A falta de clareza das regras associadas às indefinições do marco regulatório, são fatores inibidores que se somam aos problemas de ordem tributária (elevada carga) e condições de financiamento (taxas e prazos), entre outros.

Como vemos, os desafios a serem enfrentados são complexos e as soluções ainda não são claras, gerando incerteza nos principais agentes econômicos e retardando mais uma vez o início de um novo ciclo de investimentos, imprescindível à continuidade do processo ■

Índice do Volume de vendas no varejo do IBGE, por setor

Base: 2003=100	Índice Total Vendas	Combustíveis e lubrificantes	Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios bebidas e fumo	Tecidos vestuário e calçados	Móveis e eletrodomésticos
Varição acumulada em relação ao mesmo período do ano anterior (em %)					
2003	-3,7	-4,3	-4,9	-3,1	-0,9
jan/04	6,0	5,0	3,1	1,7	18,9
fev/04	5,5	5,5	4,0	-2,1	17,7
mar/04	7,4	7,5	3,9	1,0	23,6
abr/04	8,0	7,9	4,7	0,1	25,9
Varição em relação ao mesmo período do ano anterior (em %)					
out/03	-3,0	-4,3	-4,2	-1,9	5,6
nov/03	-0,2	0,8	-2,2	-2,9	9,1
dez/03	3,2	-0,5	1,8	0,7	20,9
jan/04	6,0	5,0	3,1	1,7	18,9
fev/04	5,0	5,9	4,9	-5,9	16,4
mar/04	11,0	11,6	3,9	7,1	36,1
abr/04	9,9	9,1	6,7	-2,3	32,8

Fonte: IBGE (PMC). Elaboração MB Associados.

Financeiro



ACREFI - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

800 6 Jul/2004

Inadimplência cai na medida em que diminui desemprego

Novas medidas financeiras

Anuncie aqui.



Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento
Rua Libero Badaró, 425 - 28º andar
São Paulo - SP
Tel: (11) 3107-7177 Fax: (11) 3106-6082
www.acrefi.com.br

Agilidade. Segurança. Rentabilidade.
Não são só seus clientes que merecem o melhor.



Sua empresa está sempre investindo para oferecer a seus clientes as melhores soluções de crédito e o melhor atendimento. E a ProcEDA está sempre procurando oferecer a você as melhores soluções para deixar o seu trabalho mais simples e mais rentável.

O CredPlus ProcEDA é a solução perfeita para Instituições Financeiras que operam com produtos de varejo. Uma única unidade de processamento reúne hardware, software, telecomunicações e toda a estrutura de apoio, operando inclusive via Internet.

E, como é uma solução compartilhada, resulta em uma significativa redução dos custos operacionais, já que cada cliente só paga os serviços que utilizar.

CredPlus ProcEDA. Melhor para sua empresa, melhor para os seus clientes.

Ligue (11) 2123-8711 e conheça tudo o que o CredPlus ProcEDA tem a oferecer. Ou acesse www.proceda.com.br

